



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

**12º CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA
DO MPM NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR**

**PROVA SUBJETIVA- CADERNO DE QUESTÕES
GRUPO I - DIREITO PENAL E DIREITO PENAL MILITAR**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Os celulares, relógios digitais, relógios multifuncionais e outros aparelhos eletrônicos devem ser mantidos desligados durante todo o tempo de prova e serão recolhidos pelos fiscais de sala;
2. *Quando autorizado*, verifique, atentamente, este **CADERNO DE PROVA SUBJETIVA**, que deve conter as questões formuladas com elementos para subsidiar a elaboração das respostas. *Constatando* qualquer anormalidade, como página sem impressão ou repetida, ausência de página ou, ainda, impressão defeituosa, solicite imediatamente sua *substituição*;
3. **ATENÇÃO!** Ao responder as questões e elaborar as peças jurídicas, não pular linhas do Caderno de Respostas;
4. A prova tem duração de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo para preenchimento do Caderno de Respostas;
5. Durante a prova, o candidato não deve se comunicar com outros candidatos, por qualquer meio, escrito ou oral. Igualmente, não deve se comunicar, por qualquer meio, com pessoas ou sistemas de informática situados fora do recinto da prova;
6. É permitida a consulta aos diplomas normativos desde que os textos estejam desacompanhados de comentários, anotações, exposição de motivos, transcrições jurisprudenciais, súmulas e resoluções. Não é admitido intercâmbio de material de consulta entre os candidatos;
7. O candidato não deve se levantar durante a prova. Em caso de alguma necessidade, solicitar orientação ao fiscal de sala mais próximo. É permitida, com autorização, a ida ao banheiro;
8. O candidato não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorridos **90 (noventa) minutos** do respectivo início, sob pena de eliminação do certame;
9. O candidato só poderá retirar-se do local de prova portando este Caderno de Questões e o *Rascunho* das Respostas, após o decurso de 4h do início da prova;
10. O descumprimento destas instruções ou das constantes no Caderno de Respostas poderá acarretar em anulação da prova do candidato e em medidas legais cabíveis.

Nome:	Data: 30/04/2022
-------	----------------------------

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

GRUPO I - DIREITO PENAL E DIREITO PENAL MILITAR

QUESTÃO 01 – DIANTE DOS FATOS ADIANTE EXPOSTOS, NA CONDIÇÃO DE PROMOTOR NATURAL, REDIJA OS DOCUMENTOS E REALIZE OS ATOS QUE ENTENDER PERTINENTES, À LUZ DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR. (40 PONTOS)

O Cabo **C** e os Soldados **A**, **B**, e **D** compõem uma guarnição de guarda e sentinelas do Quartel do Corpo de Fuzileiros Navais na Ilha do Governador/Ribeira, Rio de Janeiro, sediado em região ocupada por uma grande favela, dominada pelo tráfico de drogas proibidas, em 11 de setembro de 2019, à noite.

As instalações militares já tinham sido invadidas por criminosos à busca de armamento, munição e artefatos militares, das quais resultaram ferimentos e mortes dos envolvidos.

C é um Cabo recém promovido, sem experiência em ações de segurança e manejo de armas, ocupando atividades administrativas até então.

A e **B** são igualmente inexperientes e estão pela vez primeira incumbidos da segurança do Quartel. **D** é um Soldado com muita experiência, tendo inclusive adestramento de Comandos Anfíbios, tendo sido escalado como sentinela em razão de contravenção disciplinar cometida recentemente.

Ao assumirem o serviço de guarda do Quartel foram advertidos pelo Oficial de Dia que o posto por eles coberto poderia ser objeto de invasão, recomendando a adequada preparação para uma reação imediata, com as armas carregadas e travadas.

O relato do Oficial deixou-os muitos tensos e apreensivos – o Cabo **C** e os Soldados **A** e **B** – sendo escarncidos pelo Soldado **D**, que passou a noite inquietando-os quanto ao que poderia acontecer, a ponto de não conseguirem dormir em seus períodos de descanso.

Enquanto **D** exercia o serviço de sentinela da hora, em torno das 22h00, **C**, **A** e **B**, ainda tensos e preocupados, sem poder dormir, decidem simular uma situação na qual **D** se visse na necessidade de reagir, como se o quartel estivesse sendo invadido por criminosos. Não sabiam, nada obstante, que no mesmo momento ocorria, de fato, uma invasão por criminosos da região.

Iniciada a simulação, os verdadeiros invasores, já no interior do aquartelamento, iniciam intenso tiroteio para fugir. Tal ocorrência deixa **C**, **A** e **B** atônitos e perturbados, emocionalmente, reagindo de forma atabalhoada acabam por atingir **Y**, um dos invasores, armado apenas com um facão, com vários disparos, não tendo sido possível apurar qual das ações provocara o evento morte, tendo em vista agirem sem saber o que os demais faziam.

D reage, atingindo um dos colegas, o Cabo **C** e, depois de superada a invasão, induz os demais, os Soldados **A** e **B**, a disparar contra **Z** e **W**, outros invasores, que agonizavam, inermes. O Soldado **B**,

indignado com a ação dos colegas, acaba por alvejar **D**, mortalmente, enquanto estes faziam o “confere” nos invasores, com apenas um tiro que atinge a cabeça do colega, que insistira em seus excessos, sob os protestos de **B**.

A, diante da morte de **D**, insurge-se contra **B**, tentando matá-lo com uma faca, produzindo ferimento perfuro-contuso no pescoço de **B**, sendo também ferido por este com um disparo no braço, fazendo cessar a agressão.

Após os fatos relatados, alarmados pelo intenso tiroteio, os demais integrantes da guarnição chegam – oito; o Oficial de Dia, o Sargento de Dia e outros seis soldados – para proteger os colegas envolvidos e socorrer as vítimas. **C**, **A** e **B** sobrevivem. **D**, **Y**, **Z** e **W** morrem.

Ante o exposto, concluído o Inquérito Policial Militar, atue na condição de Promotor Natural conforme o direito, definindo as incidências jurídico-penais-militares para cada um dos implicados.

Todos os fatos e agentes devem ser objeto de interpretação e aplicação do Direito Penal Militar.

QUESTÃO 02 – A COLABORAÇÃO PREMIADA E A JUSTIÇA MILITAR. (30 PONTOS)

I - Introdução: Delimitação do Problema: (5 pontos)

(máximo 10 linhas)

- Breve introdução citando a legislação aplicável.

II - Desenvolvimento: Hipóteses de solução. Abordagem de pelo menos cinco dos itens abaixo: (15 pontos)

(máximo 30 linhas)

1. Críticas à aplicação do Instituto;
2. Natureza Jurídica;
3. Formalização, itens necessários;
4. Presença de Advogado. Momentos;
5. Abertura formal do processo;
6. Homologação, requisitos legais;
7. Juízo de Valor sobre o Acordo;
8. Meio de prova ou meio de obtenção de prova;
9. Direito Subjetivo do Colaborador?
10. Aplicação na Justiça Militar da União. Argumentos favoráveis ou contrários.

III – Conclusão: Parecer fundamentado sobre a aplicação ou não-aplicação. (10 pontos)

(máximo 10 linhas)

QUESTÃO 03 – A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A JUSTIÇA MILITAR FEDERAL. (30 PONTOS)

I - Introdução: Delimitação do Problema. (5 pontos)

(máximo 10 linhas)

II – Desenvolvimento: A Lei, a Doutrina e a Jurisprudência. Requisitos para aplicação. (15 pontos)

(máximo 30 linhas)

III – Conclusão: Parecer fundamentado sobre a aplicação ou não-aplicação. (10 pontos)

(máximo 10 linhas)

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

INTENCIONALMENTE EM BRANCO